

Dengue: monitoramento até a Semana Epidemiológica (SE) 20 de 2014

Em 2014 foram registrados 450.091 casos de dengue no país até a semana epidemiológica (SE) 20 (11/05 a 17/05) (Figura 1). A região Sudeste teve o maior número de casos (259.085 casos; 57,6%), seguida das regiões Centro-Oeste (87.786 casos; 19,5%), Nordeste (43.052 casos; 9,6%), Sul (35.671 casos; 7,9%) e Norte (24.497 casos; 5,4%) (Tabela 1). Na análise comparativa em relação ao ano de 2013, observa-se redução de 65,2% dos casos no país.

A análise das incidências (número de casos por 100 mil hab.), nas Unidades da Federação (UFs), demonstra redução em todas as regiões. No entanto, as seguintes UFs apresentam aumento no número absoluto de casos e incidência: Acre (442,2 casos/100 mil hab.), Roraima (106,3 casos/100

mil hab.), Sergipe (57,5 casos/100 mil hab.), Rio Grande do Sul (4,7 casos/100 mil hab.) e Distrito Federal (325,8 casos/100 mil hab.). Cabe destacar que, ainda que observado aumento do número de casos nestas UFs, as incidências no Rio Grande do Sul e em Sergipe permanecem inferiores a 100 casos/100 mil hab., o que se considera baixa incidência (Tabela 1).

Os dez municípios com maior registro de casos no período são apresentados na Tabela 2. Nove deles apresentam incidência considerada alta, acima de 300 casos/100 mil hab., com destaque para os municípios de Campinas (SP), Goiânia (GO), Luziânia (GO), Maringá (PR), Americana (SP), Aparecida de Goiânia (GO) e Taubaté (SP). Entre os cinco municípios com mais de 1 milhão de habitantes que aparecem neste *ranking* – São Paulo (SP), Campinas (SP), Goiânia (GO), Brasília (DF) e Belo Horizonte (MG) –, apenas São Paulo apresenta incidência abaixo de 300 casos/100 mil hab.

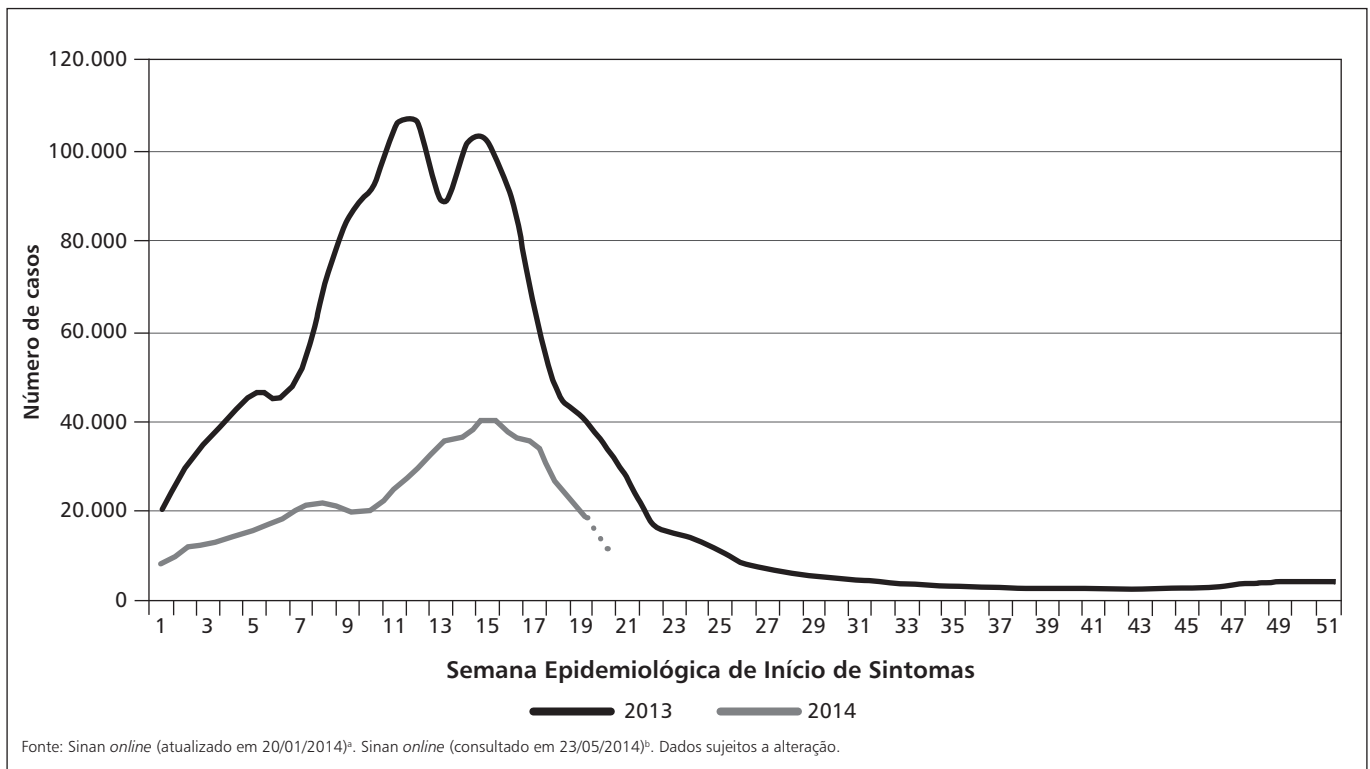


Figura 1 – Casos de dengue por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2013^a e 2014^b

Tabela 1 – Número de casos notificados de dengue e taxa de incidência (por 100.000 hab.), por região e Unidade da Federação, 2013 e 2014

Região/UF	SE 01 a 20		Incidência (/100 mil hab.)	
	2013 ^a	2014 ^b	2013 ^a	2014 ^b
Norte	41.008	24.497	250,8	149,8
Rondônia	8.235	2.801	517,9	176,2
Acre	2.225	3.355	293,2	442,2
Amazonas	14.153	6.790	394,1	189,1
Roraima	304	499	64,7	106,3
Pará	7.837	4.393	100,2	56,2
Amapá	1.430	628	204,7	89,9
Tocantins	6.824	6.031	481,3	425,4
Nordeste	95.188	43.052	176,6	79,9
Maranhão	2.370	1.455	35,3	21,7
Piauí	2.786	2.531	88,1	80,1
Ceará	13.624	12.490	158,3	145,1
Rio Grande do Norte	8.903	5.011	275,8	155,2
Paraíba	6.189	3.188	162,2	83,6
Pernambuco	4.419	3.797	49,5	42,5
Alagoas	3.748	3.437	118,4	108,6
Sergipe	281	1.214	13,3	57,5
Bahia	52.868	9.929	373,0	70,0
Sudeste	857.525	259.085	1.051,3	317,6
Minas Gerais	398.053	60.586	2.004,8	305,1
Espírito Santo	55.618	13.145	1.554,4	367,4
Rio de Janeiro	198.913	7.347	1.225,5	45,3
São Paulo	204.941	178.007	489,1	424,8
Sul	63.962	35.671	230,6	128,6
Paraná	63.224	34.851	597,7	329,5
Santa Catarina	329	316	5,2	5,0
Rio Grande do Sul	409	504	3,8	4,7
Centro-Oeste	234.959	87.786	1.629,0	608,6
Mato Grosso do Sul	75.850	5.667	3.027,8	226,2
Mato Grosso	30.720	6.554	986,1	210,4
Goiás	120.187	66.936	1.952,7	1.087,5
Distrito Federal	8.202	8.629	309,7	325,8
Total	1.292.642	450.091	666,4	232,0

Fonte: Sinan online (atualizado em 20/01/2014)^a. Sinan online (consultado em 23/05/2014)^b. Dados sujeitos a alteração.

© 1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Comitê Editorial

Jarbas Barbosa da Silva Jr (Editor Geral), Sônia Maria Feitosa Brito, Carlos Augusto Vaz de Souza, Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, Deborah Carvalho Malta, Fábio Caldas de Mesquita, Marcus Vinicius Quito, Elisete Duarte, Marta Roberta Santana Coelho, Eunice de Lima, Carlos Estênio Freire Brasilino.

Equipe Editorial

Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviço/SVS/MS: Giovanini Evelim Coelho (Editor Científico), Gilmar Lima Nascimento (Editora Assistente), Izabel Lucena Gadioli (Editora Assistente).

Colaboradores

Isabela Ornelas Pereira (CGPNCD/DEVIT/SVS), Jaqueline Martins (CGPNCD/DEVIT/SVS), Kauara Brito Campos (CGPNCD/DEVIT/SVS), Livia Carla Vinhal (CGPNCD/DEVIT/SVS), Matheus de Paula Ceroni (CGPNCD/DEVIT/SVS), Priscila Leal Leite (CGPNCD/DEVIT/SVS), Sulamita Brandão Barbiratto (CGPNCD/DEVIT/SVS).

Projeto gráfico e distribuição eletrônica

Núcleo de Comunicação/SVS

Revisão de texto

Maria Irene Lima Mariano (CGDEP/SVS)

Tabela 2 – Casos notificados de dengue e taxas de incidência (por 100.000 hab.) nos municípios com maior registro de casos em 2013 e 2014

UF	Município	SE 01 a 20			
		2013 ^a		2014 ^b	
		Casos	Incidência (/100 mil hab.)	Casos	Incidência (/100 mil hab.)
SP	São Paulo	4.031	34,1	32.344	273,6
SP	Campinas	6.466	564,8	26.922	2.351,5
GO	Goiânia	49.574	3.557,3	11.222	805,3
GO	Luziânia	670	356,0	10.084	5.358,7
DF	Brasília	8.202	294,0	8.629	309,3
MG	Belo Horizonte	94.508	3.812,1	7.636	308,0
PR	Maringá	2.724	706,2	7.468	1.936,0
SP	Americana	595	265,0	7.255	3.230,9
GO	Aparecida de Goiânia	11.967	2.390,4	5.108	1.020,3
SP	Taubaté	492	166,0	4.949	1.669,5

Fonte: Sinan online (atualizado em 20/01/2014)^a. Sinan online (consultado em 23/05/2014)^b. Dados sujeitos a alteração.

Casos graves e óbitos

Em 2014, o Brasil começou a adotar a nova classificação de casos de dengue da Organização Mundial da Saúde (OMS). Agora os casos são classificados como **dengue, dengue com sinais de alarme, e dengue grave**. Por essa razão, não é possível fazer a comparação direta dos casos graves com o ano de 2013, tendo em vista que nesse ano adotava-se para os casos graves a seguinte classificação: Febre Hemorrágica da Dengue (FHD), Síndrome do Choque da Dengue (SCD) e Dengue com Complicações (DCC).

Destaca-se que a adoção da nova classificação de casos graves não traz prejuízos para a análise da situação epidemiológica, porque a mortalidade é um indicador da ocorrência de casos graves.

Em 2014, da SE 01 até a SE 20, foram confirmados no país 217 casos de dengue grave e 2.816 casos com sinais de alarme. A região com maior número de registros de casos graves e com sinais de alarme é a região Sudeste (103 graves; 2.171 com sinais de alarme), com a seguinte distribuição entre seus estados: São Paulo (71 graves; 1.732 com sinais de alarme), Minas Gerais (20 graves; 283 com sinais de alarme), Rio de Janeiro (5 graves; 27 com sinais de alarme) e Espírito Santo (7 graves; 129 com sinais de alarme). A segunda região com maior número de casos é o Centro-Oeste (65 graves; 357 com sinais de alarme), com a seguinte distribuição em suas UFs: Goiás (42 graves; 319 com sinais de alarme), Distrito Federal (15 graves; 12 com sinais de

alarme), Mato Grosso (5 graves; 11 com sinais de alarme) e Mato Grosso do Sul (3 graves; 15 com sinais de alarme). Houve também confirmação de 106 óbitos, o que representa uma redução no país de 78% em comparação com o mesmo período de 2013, quando foram confirmados 472 óbitos (Tabela 3).

Existem 194 casos graves e com sinais de alarme e 158 óbitos em investigação que poderão ser confirmados ou descartados nas próximas semanas.

Sorotipos virais

Nos meses de janeiro a abril de 2014, foram enviadas 4.257 amostras para realização do exame de isolamento viral, sendo 1.570 positivos (36,9%). As proporções dos sorotipos virais identificados foram: DENV1 (85,5%), seguido de DENV4 (11,7%), DENV2 (2,4%) e DENV3 (0,4%) (Tabela 4). Existem informações de isolamento viral de 14 (51,9%) UFs. Nas UFs com incidência acima de 100 casos/100 mil hab., a proporção de sorotipos isolados é a seguinte: Rondônia (100% DENV1), Acre (sem informações), Amazonas (100% DENV4), Tocantins (100% DENV4), Minas Gerais (91,1% DENV1 e 8,9% DENV4), Espírito Santo (42,1% DENV1 e 57,9% DENV4), São Paulo (91% DENV1, 5,4% DENV4 e 3,6% DENV2), Paraná (98,9% DENV1 e 1,1% DENV4), Mato Grosso do Sul (3,1% DENV1 e 96,9% DENV4), Mato Grosso (sem informações), Goiás (74,5% DENV1, 25,5% DENV4) e Distrito Federal (sem informações).

Tabela 3 – Casos graves, com sinais de alarme e óbitos por dengue confirmados em 2013 e 2014, por região e Unidade da Federação

Região/ UF	SE 01 a 20				
	Casos confirmados			Óbitos confirmados	
	2013 ^a	2014 ^b		2013 ^a	2014 ^b
	Dengue grave ¹	Dengue grave ²	Dengue com sinais de alarme ²		
Norte	176	2	31	27	3
Rondônia	28	1	3	4	1
Acre	2	0	2	0	0
Amazonas	88	1	5	9	2
Roraima	0	0	1	0	0
Pará	33	0	5	10	0
Amapá	6	0	0	1	0
Tocantins	19	0	15	3	0
Nordeste	333	35	176	69	15
Maranhão	27	2	16	10	2
Piauí	12	6	6	1	0
Ceará	61	6	51	24	4
Rio Grande do Norte	54	0	36	6	0
Paraíba	44	4	8	7	2
Pernambuco	26	1	0	9	1
Alagoas	12	2	13	0	0
Sergipe	1	1	4	0	1
Bahia	96	13	42	12	5
Sudeste	3.120	103	2.171	229	56
Minas Gerais	353	20	283	91	18
Espírito Santo	1.216	7	129	22	2
Rio de Janeiro	1.154	5	27	50	7
São Paulo	397	71	1.732	66	29
Sul	223	12	81	26	4
Paraná	221	12	79	26	4
Santa Catarina	1	0	1	0	0
Rio Grande do Sul	1	0	1	0	0
Centro-Oeste	1.916	65	357	121	28
Mato Grosso do Sul	741	3	15	33	3
Mato Grosso	91	5	11	23	5
Goiás	1.072	42	319	61	15
Distrito Federal	12	15	12	4	5
Brasil	5.768	217	2.816	472	106

Fonte:

a) Sinan *online* (atualizado em 20/01/2014).

b) Sinan *online* (consultado em 14/05/2014). Dados sujeitos a alteração.

1) Classificação final de dengue utilizada até 2013

2) Nova classificação final adotada pela Organização Mundial da Saúde – OMS.

Tabela 4 – Número de amostras examinadas, percentual de positividade e sorotipos virais de dengue confirmados em 2014, por região e Unidade da Federação

Região/ UF	Amostras enviadas n	Positivos		Sorotipos confirmados (%)			
		n	%	DENV1	DENV2	DENV3	DENV4
Norte	243	12	4,9	16,7	0,0	0,0	83,3
Rondônia	9	1	11,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Acre	1	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amazonas	26	2	7,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Roraima	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	181	7	3,9	28,6	0,0	0,0	71,4
Amapá	1	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Tocantins	25	2	8,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Nordeste	450	72	16,0	54,2	0,0	9,7	36,1
Maranhão	43	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Piauí	20	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ceará	204	63	30,9	54,0	0,0	6,3	39,7
Rio Grande do Norte	8	4	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Paraíba	1	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pernambuco	152	5	3,3	20,0	0,0	60,0	20,0
Alagoas	21	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sergipe	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bahia	1	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.919	1.122	38,4	89,8	3,3	0,0	7,0
Minas Gerais	607	56	9,2	91,1	0,0	0,0	8,9
Espírito Santo	146	19	13,0	42,1	0,0	0,0	57,9
Rio de Janeiro	204	8	3,9	25,0	0,0	0,0	75,0
São Paulo	1.962	1.039	53,0	91,0	3,6	0,0	5,4
Sul	274	191	69,7	99,0	0,0	0,0	1,0
Paraná	258	177	68,6	98,9	0,0	0,0	1,1
Santa Catarina	1	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rio Grande do Sul	15	14	93,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-Oeste	371	173	46,6	61,3	0,0	0,0	38,7
Mato Grosso do Sul	77	32	41,6	3,1	0,0	0,0	96,9
Mato Grosso	33	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Goiás	261	141	54,0	74,5	0,0	0,0	25,5
Distrito Federal	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Brasil	4.257	1.570	36,9	85,5	2,4	0,4	11,7

Fonte: Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL), Instituto Adolfo Lutz-SP (IAL) e Instituto Evandro Chagas-PA (IEC) (consulta realizada em 02/05/2014). Dados sujeitos a alteração.

Atividades desenvolvidas pelo Ministério da Saúde

1. Repasse, em dezembro de 2013, de R\$ 363,4 milhões a todos os municípios do país para vigilância, prevenção e controle da dengue. Esse valor representa 30% do valor anual do Piso Fixo de Vigilância e Promoção à Saúde repassado para 2014 (R\$ 1,2 bilhão).
2. Distribuição, aos estados e municípios, de 100 mil kg de larvicidas, 227 mil litros de adulticida, e 10,4 mil kits para diagnóstico.
3. Lançamento, em dezembro de 2013, da nova campanha de mobilização com o **slogan Não dê tempo para a dengue**. A intensificação de sua divulgação será realizada durante todo o período sazonal da dengue em 2014.
4. Revisão e elaboração dos planos de contingência de enfrentamento das epidemias de dengue das secretarias estaduais de saúde.
5. Realização de videoconferência com os estados e municípios que funcionarão como sedes ou que hospedarão delegações durante a Copa do Mundo 2014, para elaboração do Plano de Contingência.
6. Visitas técnicas para assessorar as UFs na elaboração dos planos de contingência.
7. Realização de videoconferência de mobilização e avaliação das atividades de prevenção e controle da dengue com representantes das secretarias estaduais de saúde e com dirigentes estaduais de vigilância.
8. Realização de reuniões macrorregionais com as vigilâncias epidemiológicas para aprimoramento da capacidade da análise de dados e apresentação do Plano de Contingência Nacional de Resposta ao Chikungunya.